



Pesquisa aponta erosão da confiança nos governos eleitos da AL

Mais da metade dos latino-americanos (54,7%) diz que trocaria a democracia por um regime autoritário se ele fosse capaz de resolver os problemas econômicos. Esse é um dos principais alertas contidos no relatório "Democracia na América Latina", a ser lançado no dia 21 de abril pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

O percentual de pessoas dispostas a abrir mão dos avanços democráticos foi apurado em uma pesquisa com cerca de 19 mil latino-americanos, aplicada em 18 países da região. O relatório destaca que, a despeito da consolidação da democracia eleitoral na América Latina nos últimos 25 anos, os governos democraticamente eleitos não foram capazes de satisfazer as aspirações políticas, sociais e econômicas de seus eleitores. Para 64,7% dos entrevistados, os governantes não cumprem o que prometem porque mentem para ganhar as eleições.

Desde 2000, cinco presidentes eleitos democraticamente em algum dos 18 países estudados no relatório do PNUD abandonaram seus cargos antes do final de seus mandatos depois que a perda de apoio político tornou praticamente impossível que continuassem governando. E muitos presidentes da região ainda lutam para evitar destino semelhante.

Entre as causas apontadas pelo relatório está a contradição de que a primeira geração de latino-americanos que se beneficiou da consolidação do regime democrático não experimentou nesse período praticamente nenhum crescimento da renda per capita, mas assistiu ao crescimento da desigualdade de renda do continente, que já era a maior do mundo.

Concomitantemente, grandes partes dos latino-americanos queixam-se de que não podem contar com um tratamento equânime perante a lei, da corrupção, da ineficiência do Judiciário, da falta de profissionalismo combinada com o abuso da força pela polícia, e da incapacidade dos governos e prover serviços sociais básicos.

Completa o quadro a crise dos principais partidos políticos na maior parte dos países da região (apenas 27,2% dos latino-americanos dizem ter um partido e votar sempre nele), criando instabilidade e abrindo caminho para o surgimento de lideranças personalistas.

"O coração do problema é que, se a democracia se estendeu amplamente na América Latina, suas raízes não são profundas", escreve Mark Malloch Brown, administrador do PNUD no prólogo do relatório. Pela primeira vez a democracia é a forma de governo preponderante na América Latina e, se as coisas vão mal em matéria de emprego, renda e serviços básicos, os governantes recebem a culpa por isso.

Se a liberdade de imprensa, a proteção aos direitos humanos, a independência e eficiência do Poder Judiciário ainda necessitam de um fortalecimento substancial, há, na opinião de Brown, sinais muito alentadores: apesar da crise, os países da região não regressaram ao autoritarismo, ao contrário, mantiveram suas instituições democráticas; paralelamente, os cidadãos começaram a distinguir a democracia como sistema de governo do desempenho de seus governantes. "Muitos desses cidadãos são apenas 'democratas insatisfeitos', um fenômeno bem conhecido em muitas democracias estabelecidas", escreve o administrador do PNUD.

A despeito de apontar a desigualdade e a pobreza como suas principais deficiências, o relatório reconhece os avanços da democracia como regime político na América Latina: em todos os países se reconhece o direito universal ao voto, apesar de alguns problemas localizados as eleições foram limpas entre 1990 e 2002, a transição de poder se tornou uma prática comum.



O documento, entretanto, propõe que seja empregada, com urgência, uma política que eleve a democracia eleitoral do continente a um patamar de cidadania integral, ao que chama de democracia cidadã. Esse conceito abrange não apenas a democracia como sistema político e institucional, mas os direitos civis, sociais, econômicos e culturais dos cidadãos.

Isso inclui, entre outras coisas, propiciar maior acesso das parcelas de afro descendentes e de indígenas e seus descendentes às vagas do Parlamento, diminuir as deficiências do controle que os cidadãos exercem sobre a ação estatal, aumentar o respeito aos direitos à vida e à integridade física.

O relatório ressalta que os grupos mais excluídos do exercício pleno da cidadania são os mesmos que sofrem com as carências econômicas. Os indicadores mostram que todos os países da região têm níveis de desigualdade de renda maiores do que a média mundial, e que em 15 dos 18 países estudados mais de 25% da população vive abaixo da linha da pobreza. "Só será possível reduzir a desigualdade se houver uma redução sustentável da pobreza e se se melhorar as possibilidades de crescimento econômico".

Tanto a pesquisa de opinião realizada junto à população quanto às entrevistas feitas com as lideranças do continente apontam que há necessidade de se reconhecer que a América Latina passa por um momento de inflexão e crise. E que o fortalecimento da democracia passa pela recuperação da política como organizadora das decisões da sociedade. No coração dessa questão está o fortalecimento da cidadania.

A agenda proposta pelo relatório prevê, entre outros objetivos, o fortalecimento da sociedade civil, um amplo debate sobre o papel do Estado, a economia e a globalização, a reforma das instituições, incluindo formas de eleição que assegurem maior equilíbrio entre governabilidade e representação política.

"Não há democracia sustentável sem um Estado capaz de promover e assegurar o exercício da cidadania. Com Estados fracos e mínimos só se pode aspirar manter as democracias eleitorais. A democracia cidadã requer uma estabilidade que assegure a universalidade dos direitos".